

31

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

## **COMMULHER - SANTOS/SP** Lei Municipal nº. 2.039 de 30/07/2002

Ata da 176<sup>a</sup>. Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da 1 2 Mulher - COMMULHER. Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às 15:00 horas, nas dependências da Casa de Participação Comunitária, situada à Rua XV 3 4 de Novembro, 183 – Centro Histórico, em Santos/SP, realizou-se a 176ª Assembleia Geral 5 Ordinária com a presença das conselheiras, cujas assinaturas constam da lista de 6 presença, parte integrante desta ata e justificadas as ausências. Compuseram a mesa 7 para condução dos trabalhos, a Sra. Presidente Conceição Dante, a Sra. Vice Presidente 8 Ana Lucia Rezende e a 1ª Secretária Diná Ferreira Oliveira. Iniciando a reunião a Sra. 9 Presidente cumprimentou e agradeceu a presença de todas e salientou o comprometimento de todas as conselheiras presentes. Em seguida iniciou a pauta da 10 11 Assembleia. Item 1 – Deliberação das Atas das Assembleias Geral Ordinária e Itinerante -A Presidente solicitou que a 1ª Secretária fizesse a leitura das Atas, que foram aprovadas. 12 Item 2 – Apresentação do representante da Secretaria Municipal de Assistência Social 13 14 sobre o índice de analfabetismo entre as mulheres de Santos - O sociólogo Rodrigo 15 Salvador Lachi, Coordenador de Sistema Único de Assistência Social da referida Secretaria, responsável pela sistematização de dados do Município, iniciou a 16 17 apresentação mostrando alguns indicadores sobre a desigualdade na distribuição de renda considerando a demografia e que essa desigualdade vem aumentando, diferenças 18 19 entre faixas etárias, regiões com mais crianças, as mais carentes, e outras com mais idosos. Entre 1991 e 2010 diminuiu o número de crianças e aumentou o número de 20 idosos. Entre a população com mais de 80 anos, 2/3 são mulheres e a previsão para 2030 21 é de que ¼ da população será de idosos, o que representa mais de 100 mil pessoas e 22 23 que esse dado traz desafios, como exemplo informa que na região da orla a renda é 24 maior entre os idosos. Sobre concentração de renda mostra quatro grupos dos mais ricos 25 para os mais pobres, a área do Dique é a mais carente, área intermediária é a mais equilibrada. Recentemente houve um aumento de 2.000 famílias, além do previsto, 26 inscritas no Cadastro Único de Assistência Social, totalizando 17.718 famílias. 27 Sintetizando, mostra os índices de vulnerabilidade social nas regiões do Município. Sobre 28 29 o analfabetismo informa que 98,1% dos homens e 97,6% das mulheres são alfabetizados, 30 com uma variação de 0,5% menor para as mulheres. Há uma diferença sobre o analfabetismo entre as mulheres dependendo da região, no Centro chega a 10%, Chico 32 de Paula 11% e melhor taxa é de 1% no José Menino, Gonzaga, Pompéia e Ponta da 33 Praia e discorreu sobre os índices em todas as regiões do Município. Apresentou também, 34 quadro comparativo, índices de mães chefes de família sem ensino fundamental, em 2000 e 2010, mostrando relativa melhora nesses índices na maioria das regiões. A solicitação 35 desses dados foi em função de palestra no Curso de Promotoras Legais Populares onde 36 foi informado os índices de analfabetismo que atinge 4.000 mulheres, em função dessa 37 informação foi também solicitado à Secretaria de Educação, pela Coordenadoria da 38 Mulher, informações sobre a participação de mulheres no EJA - Ensino de Jovens e 39 Adultos no Ensino Fundamental. A conselheira Diná comenta sobre os desdobramentos 40 mulher analfabeta, como submissão, dependência, 41 42 desconhecimento de direitos e a não participação em quaisquer eventos como cidadã. Item 3 – Avaliação da Assembleia Itinerante – A assembleia foi muito bem avaliada, 43 considerando o tema proposto pela comunidade, Gravidez na Adolescência, e o público 44 com muitos jovens, importante ressaltar o foco da palestra sobre projeto de vida e 45



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

## COMMULHER - SANTOS/SP Lei Municipal nº. 2.039 de 30/07/2002

orientação. Item 4 - Relatos da Diretoria Executiva - A Presidente Conceição agradeceu o apoio de todas as conselheiras e comunicou que não poderá continuar ocupando o cargo de Presidente, continuará no Conselho como conselheira, representando a Universidade Santa Cecília, mas em função de excesso de compromissos na Universidade não tem condições de continuar como Presidente honrando todas as ações inerentes ao cargo. Na próxima Assembleia de 09 de outubro haverá eleição para o cargo de Presidente e conforme consenso no Conselho a candidata deverá ser representante da Sociedade Civil. Item 5 - Relatos das Câmaras Setoriais - A reunião de Câmaras teve como assunto o afastamento da Presidente, a eleição para o cargo e demais providências, como por exemplo, o levantamento de faltas das conselheiras e, se for o caso, comunicado às Secretarias e entidades representadas. Item 6 - Assuntos Gerais -Foi comunicado convite recebido da Secretaria de Saúde, Serviço de Vigilância Epidemiológica, Setembro Amarelo, sobre suicídio, para participação do Conselho, onde haverá discussão com profissionais da área de prevenção e assistência ao suicídio com o objetivo de envolver e sensibilizar todos para a questão, dia 15 de setembro às 10 horas no Museu Pelé. A conselheira Maria Regina Acedo, representante da Secretaria de Saúde, com a palavra disse que nós conselheiras temos a missão de entender a mulher e suas necessidades e que precisamos rever nossa posição dentro do Conselho, em seguida fez relato de que no dia 24 de julho na reunião de Câmaras teve um problema com uma das conselheiras, e se sentiu extremamente desrespeitada e xingada, dentro do horário de trabalho e desempenhando suas funções como representante da área da saúde. Respeito é a base de tudo, disse Regina, posso não concordar com a opinião de alquém, mas, ter educação e respeitar as pessoas como profissionais, quem quer que seja. É inadmissível ocorrer desrespeito entre nós mulheres dentro do Conselho da Mulher. A Presidente Conceição comentou que não podemos permitir que isso aconteça, e lamentou o ocorrido, que esse tido de comportamento quebra a hegemonia do grupo. A conselheira Liliane Rezende, representante da Secretaria de Educação, foi solidária e comentou ser inaceitável o desrespeito e a violência entre nós, conselheiras, mulheres componentes do Conselho dos Direitos da Mulher. A Sra. Marinilza Monteiro, assessora da Vereadora Audrey Kleys, informou que o Projeto de Lei sobre Ressocialização do Homem Agressor de Violência Doméstica, já apresentado, está tramitando na Câmara, informou também reunião sobre municipalizar o Ensino Médio, conforme consta no Plano Municipal de Políticas para Mulheres. Foi solicitado à Assessora a participação de representante do Conselho nas reuniões sobre as ações do Plano. A conselheira Liliane Rezende informou que as Escolas do Estado serão contempladas com vagas na formação de facilitadores da Justiça Restaurativa. Sem mais nada a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, onde eu, Diná Ferreira Oliveira, redigi a presente Ata que vai assinada por mim e pela Presidente Conceição Dante.

Conceição Dante
Presidente do COMMULHER

Diná Ferreira Oliveira 1ª. Secretária

86

46

47

48 49

50

51

52

53

5455

56

57

58 59

60

61 62

63

64 65

66

67

68

69 70

71

72

73

74 75

76

77

78 79

80

81

82 83

84

85